

TURISMO CULTURAL E O CAMPO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO MEIO RURAL PAULISTA

CULTURAL TOURISM AND THE FIELD OF NON-FORMAL EDUCATION
IN THE SÃO PAULO COUNTRYSIDE

Recebido em 08/11/2013

Aprovado em 02/06/2015

Lívia Morais Garcia Lima¹

¹ Bacharel em Turismo pela UNESP. Mestre em Gerontologia pela UNICAMP e doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação – UNICAMP, no Departamento de Ciências Sociais na Educação. Realizou estágio de pesquisa doutoral na Universidade Pontifícia de Salamanca - Espanha, com financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. liviaglimalima@gmail.com

RESUMO

No presente artigo, saliento a possibilidade do desenvolvimento de uma educação não formal, não estando restrita ao espaço urbano, a partir do turismo cultural. O objetivo do artigo é analisar as ações de educação patrimonial não formal realizadas no âmbito do meio rural paulista, voltadas para adultos e idosos, a partir da comparação de três fazendas históricas, selecionadas entre as participantes do projeto PPPP/FAPESP (07/55999-1). A metodologia da História Oral contribuiu para a construção do corpus do estudo, porque tratou a entrevista com os depoentes como um momento de troca entre o pesquisador e o pesquisado, permitindo assim novas reflexões sobre o imaginário e o espaço rural paulista. Utilizou-se o caderno de campo e as fotografias realizadas in loco como aliados a metodologia da história oral. O estudo permitiu observar que os turistas têm buscado tais atividades no sentido de vivenciarem concretamente experiências que os remetem à histórias e memórias difundidas no âmbito familiar, referentes a avós ou bisavós que emigraram para o Brasil para trabalhar como colonos em fazendas cafeeiras.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Não Formal. Turismo Cultural. Fazendas Históricas.

ABSTRACT

In this article, I emphasize the possibility of developing a non-formal education is not restricted to the urban space, from cultural tourism. The aim of this paper is to analyze the actions of non-formal education equity held within the rural São Paulo , geared for adults and seniors , from the comparison of three historic farms , selected among the project participants PPPP / FAPESP (07/55999- 1). The Oral History methodology helped to build the corpus of the study, because the interview dealt with the respondents as a point of exchange between researcher and researched, allowing new reflections on the imaginary and the countryside of São Paulo. We used the field notebook and the photographs taken on the spot as allies the methodology of oral history. This study showed that tourists have sought such activities in the sense of experiencing concretely experiences that relate to the stories and memories distributed within the family, referring to grandparents or great-grandparents who emigrated to Brazil to work as settlers in coffee farms.

KEYWORDS

Non-Formal Education. Cultural Tourism. Historic Farms.

1. INTRODUCCIÓN

O espaço empírico do presente artigo é o das fazendas históricas paulistas, selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas em andamento denominado: Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo (Oitava Chamada para o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas – PPPP). O projeto foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, em parceria com o Centro de Memória UNICAMP, no período de 2008 a 2012.

O objetivo do artigo é analisar as ações de educação patrimonial não formal realizadas no âmbito do meio rural a partir da comparação entre as fazendas históricas participantes do projeto, cujas atividades educacionais e turísticas se apresentam diversificadas, segundo três tipos de propriedades já diagnosticados:

- 1- Em preparação para assumir atividades turísticas: Propriedades cujo patrimônio ainda está em fase de recuperação e as atividades turísticas e educacionais são planos para o futuro e necessitam de assessoria especializada para uma implantação das mesmas com qualidade e eficiência. (Exemplo: Fazenda Santa Úrsula, Jaguariúna - SP).
- 2- Turismo de Habitação: Propriedades que praticam o “turismo de habitação”, isto é, recebem os turistas na própria casa-sede acomodados em quartos livres (suítes ou com banheiro compartilhado). As refeições são feitas com os membros da família do proprietário e os hóspedes podem acompanhar a realização de todas as atividades agropecuárias cotidianas. Há assim uma proximidade com a família do proprietário e a curiosidade dos hóspedes e principalmente daqueles estrangeiros é constantemente suprida com esclarecimentos e exemplos concretos. Tais propriedades costumam receber também visitas diárias de grupos ou famílias vindas de cidades próximas ou mesmo da capital. (Exemplo: Fazenda Mandaguahy, Jaú - SP e Fazenda Chácara do Rosário, Itu – SP, Fazenda Santo Antônio da Água Limpa, Mococa - SP).
- 3- Hotel Fazenda: Propriedades que já possuem uma infra-estrutura diversificada e sofisticada para receber os turistas se caracterizando como Hotéis-Fazenda. Possuem estruturas para o lazer (piscina, coqueiras e plantel de animais preparados para cavalgadas, quadras esportivas, passeios a pé guiados, etc). Recebem hóspedes de classe média alta da capital e

de cidades próximas, entre eles muitos estrangeiros. Recebem escolas que trabalham com educação patrimonial ou turistas no sistema day-use. (Exemplo: Fazenda Capoava, Itú - SP e Fazenda Bela Vista, Dourado - SP).

As três fazendas selecionadas para o estudo entre as participantes do projeto PPPP/FAPESP, foram: Fazenda Quilombo, localizada no município de Limeira – SP foi a primeira propriedade selecionada pela pesquisa realizando o excursionismo ou visita-dia. A propriedade constitui-se também em um atrativo para todas as pessoas interessadas em conhecer a história do ciclo do café numa propriedade de café centenária e ainda em pleno funcionamento o que pode ser feito em visitas dia, denominadas excursionismo.

A fazenda surgiu do desmembramento da fazenda Morro Azul, do proprietário Silvério Rodrigues Jordão, como herança para sua filha Anna Eufrosina Jordão ao casar-se com Ezequiel de Paula Ramos em 1873. Essa parcela constituiu a herança recebida por Anna Eufrosina Jordão, filha de Silvério Rodrigues Jordão proprietário da Fazenda Morro Azul, ao se casar com o Dr. Ezequiel de Paula Ramos. Atualmente a Fazenda Quilombo possui diversidade de culturas, sendo elas: café, bovinocultura de corte, criação de cavalos, produção de feno para comercialização, cultura de frutas tropicais e mais recentemente o turismo rural. Bortolucci (2012) ainda afirma que o nome da nova propriedade decorre da existência de esconderijos de escravos facilitada pela topografia acidentada da região. Trata-se de uma propriedade que vem se mantendo na mesma família por várias gerações.



Figura 1. Fachada casa sede da Fazenda Quilombo. Fonte: Arquivo pessoal (2012).

Fazenda Santo Antônio da Água Limpa, localizada no município de Mococa – SP foi a segunda propriedade selecionada pela pesquisa realizando o turismo de convivência. Situada a 20 quilômetros da cidade de Mococa no Estado de São Paulo, a fazenda tem 444 hectares. Em 1996, foi definitivamente implantada a Agricultura da Grande Natureza, sem o uso de fertilizantes químicos ou orgânicos e agrotóxicos, usando unicamente a energia do solo, da água e do sol. Tal implementação provocou uma verdadeira revolução na vida do solo e do ar, causando um reflexo direto no sabor e aroma dos frutos, reflexos este que vem melhorando ano após ano, modificando o comportamento não só do solo, da água, do ar, da flora e da fauna, mas principalmente do homem.

A fazenda oferece passeios pela propriedade, piscina com água de mina, cachoeira, degustação de café, aula de culinária, cavalgadas, contato com projetos sociais e de preservação da natureza. A casa tem seis quartos e uma vila com dois quartos extras (antigas casas de colonos adaptadas ao turismo), fazendo com que seus hóspedes se sintam em casa e muito bem acomodados. A comida é feita no fogão a lenha com os produtos das hortas e da agrofloresta e é oferecido o café florestal que é diferenciado pelo sabor e pela consistência. Os proprietários decidiram em 2009 abrir as portas da propriedade para receber hóspedes que vem conviver com essa filosofia de vida. Denominamos a visita realizada na propriedade como turismo de convivência.

Em 1822, José Cristóvão de Lima, nascido em Batatais, chegou a região de Mococa em busca de terra férteis e montou a Fazenda Água Limpa. A fazenda Santo Antonio da Água Limpa é desmembrada da Água Limpa em meados de 1890 e por sete anos permaneceu fora da família até que o Coronel José Pereira Lima (neto do José Cristóvão de Lima) comprou de volta a propriedade. Nesta época, havia 433 hectares dos quais 175 hectares eram de cafezais e 134 hectares eram de pasto. Atualmente, a fazenda tem praticamente a mesma área (são 444 hectares) e um modo peculiar de plantar café e de trabalhar a terra. (BORTOLUCCI, 2012, p. 26).

O atual proprietário João Pereira Lima Neto, desde 2003 utiliza animais no cafezal (bovinos e equinos) com a finalidade de construir um sistema natural de agrosilvicultura, com a finalidade de transformar a fazenda em uma floresta produtiva. A família Pereira Lima tem um modo diferenciado e especial de cuidar da propriedade, com grande respeito pela natureza preservando tanto o patrimônio quanto a paisagem com muita sensibilidade.



Figura 2. Fachada casa sede da Fazenda Santo Antônio da Água Limpa

Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A Fazenda Bela Vista, localizada no município de Dourado – SP foi a terceira e última propriedade selecionada pela pesquisa, denominada como hotel-fazenda. A propriedade possui pouca terra cultivável, sendo que dos 130 alqueires de terra, boa parte é de mata nativa. Desde 1951, Pedro Luis de Aguiar, 80 anos, mais conhecido como Pedroca, é proprietário e administrador da Fazenda Bela Vista. Por estar catalogado no *The Long Rider's Guild*, o foco da propriedade é a criação de cavalos para a realização das cavalgadas com os turistas.

Assim, o turismo se tornou, desde a década de 1980, na sua principal atividade econômica, oferecendo hospedagem, com 13 chalés e apartamentos, refeições, banhos de cachoeira, cavalgadas, turismo de aventura e espaço para eventos. Esta fazenda mantém atualmente um conjunto bastante agradável, mas perdeu um pouco da originalidade do conjunto edificado para o plantio de café nos idos de 1860. (BORTOLUCCI, 2012, p. 32).

Muitas adaptações e reformas foram realizadas para atender aos usos que o turismo se faz presente na propriedade. Os 13 chalés que recebem os turistas eram antigas casas de colônia que imigrantes italianos e espanhóis moravam para poderem trabalhar na fazenda. Existem dois apartamentos que faziam parte da casa sede mas que foram reformados e hoje recebem turistas.



Figura 3. Fachada casa sede da Fazenda Santo Antônio da Água Limpa

Fonte: Arquivo pessoal (2012).

A escolha dessa área central do Estado justifica-se pela concentração de fazendas históricas disponíveis e sensíveis à proposta, além de ser uma região que foi constitutiva, por meio dessas fazendas de café, de relações econômicas e sociais que deram origem a muitas das práticas culturais paulistas, tornando-se, portanto, representativa da integração da cultura caipira aos novos modos de vida trazidos pelo migrante.

A metodologia da história oral contribuiu para a construção do corpus da pesquisa, porque vem tratando a entrevista com os participantes como um momento de troca entre o pesquisador e o pesquisado, permitindo assim novas reflexões sobre o imaginário e o espaço rural paulista, possibilitando a partir de diversas versões do passado, não só preencher lacunas sobre a história de cada tipo de fazenda selecionada pela pesquisa, mas principalmente perceber as relações sociais dos depoentes construídas ao longo da/das visitas realizadas às propriedades, visando a melhoria da compreensão da realidade rural paulista.

Nessa perspectiva, os temas importantes para reflexões e novos horizontes no presente artigo, são: o turismo, o patrimônio e a educação, enfatizando assim, a ideia de patrimônio em um contexto mais amplo da cultura, potencialmente utilizado em processos educativos não formais, ao longo da vida de um indivíduo.

2. DESENVOLVIMENTO

As propriedades citadas acima surgiram em decorrência da ocupação da região central paulista nos séculos XVIII e XIX, dados a grande diversidade de bens que formam o seu patrimônio histórico cultural e natural. Essa diversidade de bens culturais se, por um lado, representa uma grande potencialidade para as atividades de pesquisa e para as ações de políticas públicas, por outro, apresenta permanentemente desafios no estabelecimento de procedimentos metodológicos que permitem a descoberta, a identificação, a caracterização, a análise e a descrição desses bens. Marins (2013) completa a ideia da importância dos estudos do meio rural paulista afirmando:

Se hoje compreendermos as manifestações da arquitetura rural antes como suportes de memórias sociais e como documentos históricos sobre a vida social e material das populações brasileiras – e não apenas como monumentos que celebram uma visão cristalizada e excludente da sociedade brasileira baseada no cânone nacional –, a proteção de edificações e agenciamentos espaciais constitui imenso desafio às políticas de preservação do patrimônio cultural, especialmente no caso paulista. (MARINS, 2013, p. 164).

O universo das fazendas históricas, surgidas em decorrência da ocupação da região central paulista nos séculos XVIII e XIX, é fonte inesgotável para estudos e pesquisas e se apresenta como um território promissor, diante da constatação da grande diversidade de bens valiosos, e até mesmo raros, no que tange ao patrimônio histórico cultural material e imaterial.

O projeto PPPP/FAPESP reuniu dezoito propriedades em regiões significativas do Estado de São Paulo, sendo essas definidas pelos núcleos regionais compostos pelas cidades de Campinas, Limeira-Rio Claro, São Carlos-Araraquara, Itu, Mococa- Casa Branca e Vale do Paraíba. A Associação das Fazendas Históricas Paulistas atualmente é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) responsável por reunir essas propriedades históricas dos séculos XVIII, XIX, e início do século XX que trabalham com turismo no espaço rural. O projeto teve como objetivo principal disponibilizar um conjunto de instrumentos e de metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural, tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes à área da cultura, da educação e do turismo.

O pesquisador responsável pelo PPPP/FAPESP ainda ressalta que tal Patrimônio Cultural Rural possui um perfil múltiplo, em escalas e tipologias, que contemplam não só as fazendas históricas e os complexos produtivos antigos, mas também usinas e barragens para a implementação das pioneiras redes de produção e distribuição de energia elétrica do campo e da cidade, pontes, diques, ferrovias, enfim, registros edificados no território agrário que se somam aos acervos artísticos, bibliotecas, arquivos, equipamentos e máquinas, festas e arte popular, hábitos, costumes, crenças e modos de fazer. Marins (2013) completa a ideia da importância dos estudos do meio rural paulista afirmando:

Se hoje compreendermos as manifestações da arquitetura rural antes como suportes de memórias sociais e como documentos históricos sobre a vida social e material das populações brasileiras – e não apenas como monumentos que celebram uma visão cristalizada e excludente da sociedade brasileira baseada no cânone nacional –, a proteção de edificações e agenciamentos espaciais constitui imenso desafio às políticas de preservação do patrimônio cultural, especialmente no caso paulista. (MARINS, 2013, p. 164).

O autor ainda nos chama a atenção para o atual território paulista, que abriga exemplares significativos de testemunhos arquitetônicos das culturas do trigo quinhentista e seiscentista, da produção de açúcar difundida durante a segunda metade do século XVIII, das fazendas de criações, da gigantesca vaga cafeeicultora, das culturas de abastecimento e de ocorrências mais pontuais, como o algodão e a produção leiteira, muitas vezes ampliados e adaptados no tempo, por culturas que se sucederam.

Marins (2013) também ressalta que o processo de abertura de fazendas históricas ao turismo no estado de São Paulo ainda não apresentou uma experiência regional de conservação de fazendas semelhante em escala à fluminense. O autor ressalta que esse processo obteve não apenas sucesso financeiro como uma repercussão na imprensa nacional, veiculando matérias que destacam o sucesso de público e a associação dos espaços preservados com o passado das elites imperiais.

A conversão de fazendas paulistas de café em meios de hospedagem data, entretanto, já das últimas décadas do século XX, com experiências pioneiras de “hotéis-fazenda” em Campinas e Bananal. Essas iniciativas ganharam impulso, sobretudo, na primeira década do século XXI, quando várias outras fazendas aderiram à hospedagem ou ainda às práticas de acolhimento, semelhantes ao que também existe no Rio de Janeiro. (MARINS, 2013, p. 175).

O autor enfatiza que parte das propriedades abertas ao público passou então a constituir a referida Associação Fazendas Históricas Paulistas, formalizada em março de 2007 e que coliga 14 fazendas localizadas primordialmente no Oeste paulista. (MARINS, p. 175, 2013). Para Barretto (2000, p. 19) a área do turismo que dialoga com o patrimônio cultural é justamente aquela do turismo cultural, estando relacionada a todo turismo cujo principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana.

Complementando a autora, Santana (2009, p.127) afirma que o turismo cultural está relacionado atualmente com a atração exercida pelo que “as pessoas fazem”, incluindo a cultura popular, a arte e as galerias, a arquitetura, os eventos festivos, os museus e os lugares patrimoniais e históricos, além da vivência de práticas e estilos de vida que diferem dos próprios.

O autor ressalta que o denominado “turista cultural”, em sentido estrito, está superdimensionado, tratando-se de um pequeno número de viajantes individuais, e não de um turismo de massa. Assim, trata-se de clientes que podem estar ávidos por conhecimento que os leva a despertar o apego a lembranças, espaços e tempos mais imaginados que vividos, e por isso, capazes de promover qualquer elemento que possa ser incluído em sua experiência, como está sendo o caso dos “turistas culturais” da presente pesquisa.

O turismo cultural é baseado no patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e artístico enquanto produto da atividade humana, onde instalações abrem as portas para a exploração do passado (Faustino, 2006) sendo compatível e comprometido com o fortalecimento da identidade, a preservação da memória e do patrimônio cultural em lugares de destinação turística. (Freire e Pereira, 2002).

Barreto (2001) afirma que o patrimônio cultural resulta do conjunto de bens materiais e imateriais construídos por um povo e que acabam por delinear sua identidade. O turismo cultural se viabiliza, portanto, em grande parte, através da interpretação planejada e realizada junto com a comunidade, reconhecida por Aloísio Magalhães, desde os anos setenta, como a “melhor guardiã de seu patrimônio”, e que deve ser também a melhor anfitriã de seus visitantes.

O turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que possa ser caracterizado como bem cultural, seja o que for, pois patrimônio cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares (FUNARI E PINSKY, 2005, p. 45).

Na avaliação do autor, o turismo cultural abrange tudo que constitui parte do engenho humano e, por isso, pode estar no cerne do turismo. Assim, no presente artigo, toma-se a cultura como componente central dos deslocamentos visando o lazer e como importante instrumento de conscientização social.

Por meio do turismo cultural, o patrimônio tem mais condição de se tornar um recurso renovável, pois a atividade turística pressupõe o deslocamento de pessoas para apreciar a cultura de outras localidades e viajar para experimentar, o que permite ao longo do tempo, uma maior valorização dos bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis, mas sempre sob uma perspectiva sustentável. Assim, é necessário se pensar no turismo como um benefício ao patrimônio cultural e ao mesmo tempo, levar em conta os perigos de uma atividade turística descontrolada. Nesse caso, o turismo cultural passa a desencadear um processo entre passado e presente o que foi verificado nessas fazendas históricas, fugindo da ideia dos resorts e da artificialidade que os compõem.

A outra face da discussão que este estudo propõe é o campo da educação não formal, que assim pode ser definida:

A educação não formal, por poder lidar com outra lógica espaço-temporal, por não necessitar se submeter a um currículo definido a priori, por dar espaço para receber temas, assuntos, variedades que interessam ou sejam válidos para um público específico naquele determinado momento e que esteja participando de propostas, programas ou projetos nesse campo, faz com que cada trabalho e experimentação sejam únicos. E, por envolver profissionais e frequentadores que podem exercitar e experimentar outro papel social, que não o representado na escola formal (como professores e alunos), contribui com uma maneira de lidar com o cotidiano, com os saberes, com a natureza e com a coletividade (SIMSON, PARK, FERNANDES, 2007, p. 13).

Complementando o conceito acima, Almerindo Janela Afonso (1989) ressalta:

A educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade) diverge ainda da educação formal; no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (AFONSO, 1989, p. 78).

Valéria Aroeira Garcia, autora da primeira tese brasileira sobre o surgimento e o papel da educação não formal, afirma:

A educação não-formal pode considerar, valorizar e reafirmar a cultura dos indivíduos nela envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural que cada um traz seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos, procurando não somente respeitar e valorizar a realidade de cada um, mas indo além, fazendo com que essa realidade perpassasse todas as relações (GARCIA, 2009, p. 53).

O termo não formal refere-se ao que não é formal, mas que também não é informal, e assim, visa focar o que está fora dos espaços escolares. Embora o termo indique uma contraposição ao que é formal/escolar não é neste sentido que quero entendê-lo. Também, algo não pode ser definido por uma negação, o que mostra uma tentativa não fértil de construir um conceito de educação, por meio de uma nova terminologia. Bastar-nos-ia tratar da educação em contextos múltiplos e ampliados, sob muitas formas e com variados públicos¹.

Estamos acostumados a pensar e discutir educação e escola como sinônimos, e nos esquecemos de que a escola é apenas um dos ambientes em que ocorre a educação. Não estou de forma alguma minimizando aqui, o papel e a importância da escola em nossa sociedade, mas resalto no presente artigo a importância de espaços não escolares e o campo da educação não formal.

Palhares (2013) afirma que a educação não é só um ato intrinsecamente cultural, mas é também um processo de imersão nas dimensões expressivas da cultura e de construções de afinidades/disposições culturais múltiplas. O autor afirma que para a educação ser mais significativa é necessário ser contextualizada, e essa contextualização só será possível por intermédio da apropriação dos signos e significados culturais, que ocorre no cotidiano e tendo o sujeito com ator central neste processo.

¹ Esta reflexão aparece em outras obras como PARK; FERNANDES; CARNICEL (orgs) (p. 26, 2007); PARK, M. B; FERNANDES, R. S. (orgs). (p. 10, 2005); PARK (p.67-89, 2005).

Em situação de visita às fazendas que recebem adultos e idosos, foi constatado o prazer de construir um conhecimento sobre o passado rural que também poderia ser um passado de outras gerações da família, sem restrições curriculares, sem cobranças avaliativas e envolvendo memórias orais partilhadas por várias gerações.

A Metodologia da História Oral contribuiu para a construção do corpus da pesquisa, porque tratou a entrevista com os participantes como um momento de troca entre o pesquisador e o pesquisado, permitindo assim novas reflexões sobre o imaginário e o espaço rural paulista.

A História Oral como metodologia de pesquisa e de investigação busca conhecer o passado recorrendo à memória (lembranças e esquecimentos) e a fala do narrador ou do depoente. Nesse procedimento a rememoração de fatos é empregada no processo de reconstrução e resignificação – e não resgate - da realidade sociocultural (SIMSON, 1997).

Para Brito (1989), o instante do rememorar implica o lembrar e o imaginar, pois apenas traços destas experiências podem ser construídos; elas nunca serão representadas, trazidas para o presente de novo, tais como ocorreram no passado. Essa rememoração pode ter um caráter mais pessoal e afetivo, mas pode ser também um instrumento político ou um critério de definição da verdade, sendo a memória uma ligação entre passado e presente. Sendo assim, envolve subjetividade, subjetivação e um tanto de ficção na construção narrativa, portanto, o que é considerado verdadeiro para os sujeitos ou os grupos sociais é que dá a definição de verdade – ainda que provisória.

As narrativas construídas pelos sujeitos tomam dimensão na medida em que são expressas – faladas - e escutadas e, para tanto, a situação ideal para isso é a da entrevista, em que os sujeitos – pesquisador e pesquisado – se encontram e interagem. Davis (2003) trata o momento da entrevista como um evento interativo, uma performance que envolve as atividades de ambos: o entrevistador e o entrevistado, permitindo compreender a entrevista como uma construção reflexiva.

Podemos encontrar maneiras distintas de conceber e encaminhar os procedimentos da História Oral em, pelo menos, dois centros-referência da Universidade de São Paulo: o CERU - Centro de Estudos Rurais e Urbanos - e o NEHO. Na atual pesquisa utiliza-se o CERU como referência.

Lang, Campos e Demartini (2010, p.37) explicam de forma detalhada como o CERU concebe e trabalha com a Historia Oral, reiterando que os resultados de uma pesquisa não são verdades absolutas e devem ser vistos como processuais. As autoras reiteram que a Historia Oral é um processo de construção conjunta entre pesquisador/pesquisado, não havendo receita pronta para a condução de um estudo.

As narrativas orais coletadas no trabalho de Historia Oral podem assumir formas distintas, segundo Lang, Campos e Demartini (ibidem, p.45):

- A historia de vida: é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, contando livremente sua vida, imprimindo ao relato suas próprias categorias. A interferência do pesquisador deve ser mínima;
- O relato de vida: é uma forma menos ampla e livre, dado que é solicitado ao narrador que aborde, de modo mais especial, determinados aspectos ou fases de sua vida, embora dando a ele liberdade total de expressão. É considerado também como uma historia de vida resumida;
- O depoimento oral: constitui uma modalidade bastante diversa das anteriores, à medida que se busca, através dele, obter informações e o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações ou a participação em determinadas instituições que se quer estudar.

No caso do presente estudo o depoimento oral foi utilizado tanto em entrevistas com os proprietários das fazendas selecionadas, quanto com turistas adultos e idosos. Nas visitas técnicas que foram realizadas as propriedades históricas selecionadas, faço uma rápida passagem pelo patrimônio arquitetônico preservado e escolho um local mais calmo e isolado solicitando então ao proprietário para colher seu depoimento oral na fazenda com o objetivo de saber o que fazem e como fazem para repassar a história da propriedade e entendam a importância de preservar o passado. Além disso, que tipo de experiências os visitantes esperam ter durante a visita e como o papel dos negros e dos imigrantes aparece na história da fazenda que é contada para os visitantes.

Em relação aos depoentes da pesquisa, houve a priorização dos visitantes adultos e idosos na fase de coleta de dados, porque o que se busca é o prazer de conhecer os patrimônios materiais e imateriais, em um processo de autoconhecimento dos sujeitos observados que só acontece depois da idade adulta. Por isso crianças e adolescentes que visitam as fazendas históricas, levados por uma exigência do currículo formal, não se coadunavam com o objetivo do estudo.

Também me preocupou saber se existem iniciativas, por parte do proprietário ou do poder público municipal, visando à divulgação do patrimônio intangível produzido localmente, para grupos de adultos e idosos que visitam a propriedade histórica, no intuito de rever aspectos do passado que foram importantes para familiares, amigos ou vizinhos de mais idade.

Ao entrevistar os turistas, em um momento pós visita a propriedade, seja na própria residência ou em outro local combinado, tem-se como objetivo saber o interesse da visita a uma fazenda histórica e as experiências mais significativas vividas na propriedade. Além disso, busca-se entender como os aspectos do patrimônio intangível se fazem presentes nas ações de turismo cultural e de educação patrimonial, promovidas pelas fazendas históricas pesquisadas e o motivo pelo qual o visitante buscou conhecer as construções e os modos de vida do passado.

Como aliados a metodologia da história oral, utilizou-se o caderno de campo e as fotografias realizadas *in loco*. Lang, Campos e Demartini (2010), afirmam que muitas pesquisas procuram incorporar ou associar outras fontes não verbais para enriquecer o estudo e superar, de certa forma, as limitações de uma amostra reduzida, como é próprio da pesquisa qualitativa. Os suportes não verbais são definidos pela ausência de linguagem verbal e por independência comunicativa ou autonomia em relação a ela, mas como signos que são carregam mensagens e se dão a ler, assim como são portadores de memória e história, como é o caso da fotografia (Fernandes e Lima, s/data). Para Mauad (*idem*),

(...) para se chegar aquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico, há que se perceber: as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora, e principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo... (MAUAD, p. 314).

Isso envolve pensar no autor da fotografia, nos fotografados, na tecnologia empregada e no observador que vê e analisa a fotografia, portanto, o que ela revela não é a verdade e, sim, uma construção e representação da realidade sob um determinado plano técnico-estético (tamanho, formato, suporte, tipo instantâneo ou posado, sentido, direção, composição, equilíbrio, foco, iluminação, autoria profissional ou amadora) e sob o plano do conteúdo (temática, local, objetos, sujeitos, inclusões, exclusões).

Um auxílio e aliado constante do pesquisador é o caderno ou diário de campo, instrumento imprescindível na coleta de dados e na observação participante, bastante usado em trabalho de campo antropológico e etnográfico.

Para Simson e Giglio (2001) são nas notas de caderno ou de diário de campo que estão registrados todos os aspectos da construção da relação entre entrevistador e os vários entrevistados, as percepções e os *insights* que aconteceram durante a longa série de contatos e visitas ao campo. Ele é composto de uma parte descritiva e de outra (inicialmente) reflexiva.

No caderno de campo são anotadas observações do contato e da própria entrevista: o ambiente, a conversação anterior e posterior, novos contatos. Do mesmo modo, é registrada a forma diversa de emoção que cerca a rememoração, como hesitações, silêncios, lapsos, associações, momentos de alegria ou tristeza. Há passagens que o entrevistado narra, mas pede que não sejam gravadas; são anotadas para facilitar o entendimento da entrevista, mas não poderão ser utilizadas, nem disponibilizadas no arquivo (LANG, CAMPOS, DEMARTINI, 2010, p. 44-45).

Winkin (1998) sugere o uso do caderno ou diário de campo como o lugar em que se faz idas e voltas entre prática e teoria que nos serve de embasamento. O autor também sugere que se divida em duas colunas: a da direita para registro e descrição e a da esquerda para comentários – ou então, frente e verso -, e que se faça uso de cores diferentes para buscar os padrões ou configurações, no sentido de sistematização dos dados e que se atente para três funções: a) a função emotiva que envolve o registro de angústias, desabafos e outros sentimentos e sensações do pesquisador; b) a função empírica: que envolve o registro daquilo que chama a atenção, das recorrências, das particularidades etc. e c) a função reflexiva e analítica: em que aparece o rascunho de análises e pré-interpretações.

Nesse sentido, a partir dos depoimentos coletados e transcritos, torna-se possível afirmar que a realização de experiências turísticas culturais não formais nas fazendas selecionadas, pode valorizar a relação entre contexto, história e estilos de vida.

Tais experiências caracterizaram-se por apresentar uma situação entre a vida cotidiana e outras realidades, oferecendo ao visitante uma quantidade e qualidade de informações indisponíveis em

seu ambiente natural, tornando possível o turista adquirir um conhecimento da propriedade visitada, compreendendo e respeitando o patrimônio e compartilhando essa experiência com outras pessoas, tanto no momento da visita, como posteriormente.

3.CONCLUSÕES

A realização de ações de educação patrimonial não formal nas fazendas históricas paulistas pressupõe um reconhecimento tanto do imóvel rural e seu entorno, quanto dos bens materiais móveis e imateriais. Além de seus atributos arquitetônicos e paisagístico, a sua excepcionalidade e a sua historicidade, os tornam reconhecíveis como bens culturais. Esse processo pretende, ao dar a conhecer a propriedade e seus bens tangíveis e intangíveis, qualificá-la como patrimônio, inserindo-a na história e nas redes de valor cultural, otimizando assim a experiência de visita de grupos de adultos e idosos.

O estudo possibilitou, a partir da recuperação das propriedades rurais como bens culturais, resignificar práticas e representações sociais que nelas ocorrem. A meta da interpretação sociocultural desses ricos patrimônios paulistas foi estabelecer uma rede de descobertas para o visitante, estimulando o seu olhar, provocando a curiosidade e levando-o a descobrir muito mais sobre o lugar e seus habitantes, sua história, suas lendas, que valorizariam as atrações naturais e culturais das fazendas históricas, estabelecendo assim uma comunicação efetiva com o visitante e mantendo desse modo importantes interfaces com o turismo cultural ao agregar valor histórico-cultural ao que se tornou um produto turístico.

Através da revisão de literatura, foram incorporados ao estudo, uma melhor compreensão da dinâmica de comportamento desses turistas, uma vez que se passou a perceber as limitações geradas pelo uso apenas de variáveis demográficas, principalmente a idade.

Assim, é necessário destacar a importância da educação não formal que pode ser trabalhada por meio do turismo cultural, atribuindo a essas atividades, meios mais amplos favoráveis à saúde individual e/ou coletiva, favorecendo também meios alternativos para o aumento da auto estima de adultos e idosos e para a constituição de uma velhice bem-sucedida.

Frente aos dados expressos nas falas dos depoentes que participaram das entrevistas realizadas, apareceram dois temas de importância para o estudo: gênero e imaginário e também a especificação de funções durante o recebimento e atendimento dos turistas:

- A descrição da propriedade e do trabalho nela realizado que geralmente fica a cargo do proprietário, que também, muitas vezes, leva os visitantes no périplo pela propriedade.
- A função de recebimento dos hóspedes, sua acomodação e o zelo pelo seu bem estar, assim como a definição dos valores a serem cobrados pela estadia e alimentação dos mesmos fica a cargo das esposas ou filhas do proprietário que se encarregam também dessa cobrança.

Observa-se também que os visitantes/dia ou excursionistas ou os turistas buscaram tais atividades no sentido de vivenciarem concretamente experiências que os remetem à histórias e memórias difundidas no âmbito familiar, referentes a avós ou bisavós que emigraram para o Brasil para trabalhar como colonos em fazendas cafeeiras. Estas propriedades apresentavam grande produção e obtinham muito lucro no final do século XIX e primeiras décadas do XX, exigindo para isso constante ampliação da mão de obra envolvida na produção cafeeira.

Esse imaginário circulante no âmago das famílias originárias da população migrante encontra uma espécie de concretização nas visitas a tais propriedades que se voltam para as atividades turísticas e por isso recebem adultos e idosos que buscam entender no concreto suas histórias familiares para poder repassá-las com segurança às novas gerações.

Nesse sentido, as perspectivas da educação não formal ajudaram a evidenciar o quão importantes e válidas se tornam as atividades turísticas, permitindo afirmar que a educação patrimonial não formal seja vista então, como mais uma possibilidade de vivência educativa e atuando em outros setores como o turismo cultural.

Este artigo vem para contribuir com as discussões do campo da educação não formal e do turismo cultural, voltadas para o atendimento de adultos e idosos, pois é no ato de realizar uma visita a uma fazenda histórica é que acontece o encontro, a socialização de vivências, dos interesses e das necessidades muitas vezes em comum, assim como o reforço de vínculos afetivos e o sentimento de pertencimento através de suas histórias familiares.

4. REFERÊNCIAS:

- AFONSO, A. J. *Sociologia da educação não formal: Reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática?* In: ESTEVES, A. J; STOER, S. R. *A sociologia na escola*. Porto: Afrontamento, 1989.
- BARRETTO, M. *Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica*. Campinas, (SP): Papyrus, 2001.
- BORTOLUCCI, M. A. P. C. *Relatório anual. Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo (Oitava Chamada para o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas – PPPP)*, 2012.
- BRITO, M. *A vida cotidiana no Brasil Nacional: a Energia Elétrica 1930-70*. Rio de Janeiro, 1989.
- CABRAL, M. *Memória, patrimônio e educação*. In: *Resgate: Revista de Cultura*, p. 35-42, n. 13. Campinas (SP): Centro de Memória UNICAMP, 2004.
- FAUSTINO RF. *O turismo em espaço rural como modo de valorização do Patrimônio Cultural: estudos de caso na média depressão periférica paulista: o caso das Fazendas Capoava e Ibicaba* [tese – doutorado]. São Paulo (SP). Programa de Pós – Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo/ USP; 2006.
- FERNANDES, R. S. *Educação não formal: memória de jovens e História Oral*, Campinas: Ed. ArteEscrita/FAPESP, 2007.
- FERNANDES, R. S. e PARK, M. B. Lembrar-esquecer: trabalhando com as memórias infantis, *Caderno Cedex: Filigranas da memória – intercâmbio de gerações*, vol. 26, n. 68, jan/abr, p. 39-59, 2006.
- FERNANDES, R. S. e LIMA, L. M. G. *A metodologia da história oral ou da história falada na pesquisa em educação não formal ou sociocomunitária*, Campinas: Ed. Papyrus, no prelo, s/data.
- GARCIA, V. A. *A educação não formal como acontecimento*. Tese de doutorado. Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- LANG, A. B. S. G.; CAMPOS, M. C. S. S.; DEMARTINI, Z. B. F. *História Oral, Sociologia e Pesquisa: a abordagem do CERU*. São Paulo: Humanitas, 2010.
- MAUAD, A. M. História, iconografia e memória. In: SIMSON, O. R. M. (org). *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Memória, p. 309-320, 1997.
- MARINS, P. C. G. Preservação do patrimônio rural no Estado de São Paulo: entre ação governamental e práticas sociais. In: CORREIA, T.B; BORTOLUCCI, M.A.P.C.S. (orgs). *Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio*. São Paulo: Annablume, 2013.
- PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. *Palavras-chave em Educação não formal*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória/Editora Setembro, 2007.

PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (orgs). *Educação não formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005.

PARK, M. B. _____. Educação formal versus educação não-formal: impasses, equívocos e possibilidades de superação. In: PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (orgs). *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, p. 67 – 90, 2005.

SIMSON, O.R.M, GIGLIO, Z.G. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. In: *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas Biológicas, Psicológicas, Sociológicas*. NERI AL. (org). Campinas (SP): Papirus; 2001.

WINKIN, Y. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Ed. Papirus, 1998.